



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC - (Portaria Presidência nº 240-2018 - TRE-AP)
ATA de Reunião



1. DADOS DA REUNIÃO:

Data: 01/03/2024	Início: 16:00h	Término: 16h:36min	Local: Sala de Reuniões da DG
Pauta	<ol style="list-style-type: none">1. Infraestrutura de Equipamentos;2. Orçamento e contratações;3. Priorização de Projetos;4. Projeto ilha de impressão;5. Campanha do uso consciente de energia.		

2. PARTICIPANTES:

Nome	Cargo	Função
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Diretora-Geral, e/e	Presidente
Jimmy Almendra Macedo	Secretário de TI, em exercício	Membro
Maria Eliane de Souza Oliveira	Secretária de Gestão de Pessoas	Membro
Lena Márcia Borges de Souza Mendes	Secretária Judiciária, e/e	Membro

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES:

O **Secretário de Tecnologia da Informação**, e/e, Jimmy Almendra Macedo, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e informou que os temas a serem abordados seriam: **1 - Infraestrutura de Equipamentos; 2 - Orçamento e contratações; 3 - Priorização de Projetos; 4 - Projeto ilha de impressão; e 5 - Campanha do uso consciente de energia.**

A respeito da **Infraestrutura de Equipamentos (item 1)** - informou que, como foi colocado na reunião de janeiro deste ano, está sendo refeito o replanejamento para readquirir equipamentos novos, por isso o replanejamento das unidades vem sendo feito, tanto da Sede como dos Cartórios Eleitorais. Comunicou que esse projeto iniciou desde janeiro e que já foram contempladas a SAO, a CSG, as 2ª e 6ª Zonas Eleitorais e agora está sendo contemplada a SGP. Ressaltou, inclusive, que a Seção de Folha de Pagamento estava contemplada mas, em contato com servidores daquela unidade, decidiu-se não efetuar a troca de equipamentos no momento em razão da existência de sistemas que a Unidade considera que vai dar um trabalho para refazer, tais como: o cadastro de bancos e outros.

A **Senhora Secretária de Gestão de Pessoas**, Maria Eliane de Souza Oliveira, indagou se não haveria a possibilidade de se efetuar a troca dos equipamentos e transferir os sistemas para as novas máquinas.

O **Secretário de TI** informou que haveria essa possibilidade, mas que levaria um certo tempo, o que fez com que os servidores da SFP sugerissem à STI que aguardasse um pouco mais e fazer essa transferência de equipamentos para um momento futuro.

O Secretário continuou informando que praticamente todas as unidades receberão equipamentos novos e que as unidades que não forem contempladas, terão seus equipamentos trocados por outros de qualidade superior as existentes. Comunicou também que todos os equipamentos antigos serão desativados e disponibilizados para doação. Lembrou que o processo de doação de patrimônio é um pouco burocrático, mas que a Coordenadoria de Material e Patrimônio do Tribunal é a unidade encarregada de adotar medidas necessárias e disponibilizar os equipamentos para esse processo de doação.

Quanto ao **item 2 – Orçamento e Contratações** - o Secretário informou que, dos contratos que estavam para serem efetivados em janeiro, já foram efetivados: 1 - o contrato da **antena Starlink**, que foi contratado temporariamente para atender as demandas ocasionadas com as realizações da Sessões Plenárias Itinerantes, que são transmitidas ao vivo pelas redes sociais e as Eleições, **tendo vigência iniciada em março e vai até novembro, após as Eleições/2024.** Comunicou que, atualmente, o TRE/AP possui três antenas que estão atendendo as demandas provenientes das Jornadas Itinerantes em regiões ribeirinhas e de difícil acesso no interior do Estado, sendo que uma antena está atendendo a 4ª ZE (Oiapoque), uma na 2ª ZE (Cutias) e uma na 5ª ZE (Mazagão) e, 2 - o outro contrato efetivado foi o que trata da **contratação de mais 1 (um) Posto de Trabalho - Cargo Analista de Suporte de Sistema** - ao contrato da STI. Ressaltou que a Coordenadoria de Soluções Corporativas-CSC/STI estava com inúmeras demandas, principalmente na área de desenvolvimento de sistemas e que, para atender essas demandas, possuía apenas 3 (três) Analistas de Sistemas, número totalmente insuficiente para atender as necessidades do Tribunal, e como não há a reposição de pessoal, a situação da CSC estava comprometida tendo em vista as várias demandas de sistemas existentes.

Proposição: Aprovar a contratação de pessoal especialista.

Com relação ao **item 3 – Priorização de Projetos** – o Secretário explicou que o outro projeto que tinha colocado é o PDTIC. Ressaltou que ainda faltam algumas demandas e a STI aguarda o feedback das unidades, como por exemplo: **a implantação do BI**, que seria a Corregedoria Regional Eleitoral; **a implantação do CORAU - Implantação do Sistema de Controle e Registro de Autoridades** – junto à SGP; Outro sistema da SGP é o de **publicação dos atos na internet** (portais e instruções normativas) e respectiva consolidação em linguagem HTML na mesma sistemática adotada pelo TSE e pelo TRE-BA. Ressaltou que é aguardado apenas a definição da plataforma, e para que isso ocorra precisa-se de uma ação superior para a implantação desse sistema; Para a SAO tem-se também o **serviço básico para simples conferência dos cálculos trabalhistas desde a admissão até a rescisão dos contratos de trabalho terceirizados.** A STI está aguardando as respostas das demandas repassadas a SAO; Da SEJUD, temos o **sistema de calendário de Sessões e audiências.** Também estamos aguardando alguma deliberação para o tratamento disso. Mas todas as áreas, as prioridades estão baixas; Da SAO também precisamos de um **controle de frequência de colaboradores;** Das Zonas Eleitorais é um **sistema de protocolo;** SEJUD é o **SITDoc, Sistema de Inteiro Teor de Documento.** Da SPG, novamente, temos a **substituição do sistema de diárias.** A Secretária da SGP, indagou se a Secretaria não havia ainda respondido as demandas vindas da STI. O Secretário lembrou que a última atualização foi no dia 29.02, em que foi feita uma reunião com o TRE/RR para tratar do tema, em que foi apresentado o sistema ao TRE/AP para verificar se atenderia a demanda do Tribunal. Outro sistema que também está em estudo para implantação é o de **inteligência artificial**, estamos colocando há algum tempo os projetos em cima disso, como por exemplo o **JANUS** - que é uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação que combina o uso de automação processual com a aplicação de técnicas de inteligência artificial.

Em execução, e até aqui eu estou guardando alguma definição, já está a execução, a **ferramenta de cálculo automático de margem consignável** para a SFP/SGP, o **sistema de mesários** junto com a CEJE, aí já é o sistema de nossas internas visando a eleição, que é o **LOTUS**, que é o nosso acompanhamento de eleições, tá tanto a implantação como a atualização, e como também um planejamento junto com a SGP a **implantação da nova versão do SEI.** Ressaltou que a STI já está pensando inclusive além da atualização, já a partir da situação de soluções de nuvem. Comunicou que essa nova atualização do SEI (4.0) já se encontra em estágio bastante avançado e que terá muito mais segurança.

Quanto a atualização do **Sistema de Diplomação para as Eleições** informou que ainda não foi iniciada.

O Secretário explicou também que é preciso revisar periodicamente o Plano de Transformação Digital que tem por objetivo fornecer serviços com maior disponibilidade e simplicidade, atendendo a população de forma mais acessível, eficiente e cômoda. Para este tópico, ficou decidido pela aprovação das proposições apresentadas pela STI e que ela encaminharia a proposta final do plano no SEI para os membros, para eventual manifestação, ou apresentaria o plano final na próxima reunião.

O item 4 – Projeto Ilha de Impressão

Antes de apresentar o projeto ilha de impressão, o Sr. Secretário comunicou que, atualmente, o TRE/AP está operando com equipamentos de impressoras muito antigos. A última impressora que foi adquirida pelo Tribunal é datada de 2018. Aí, por que elas ainda continuam operando? Porque elas têm uma vida útil muito boa. Nós temos um contrato com a empresa de manutenção de equipamento muito bom e a empresa atende a contento. No entanto, esses equipamentos já estão ultrapassados, além do mais a vida útil dessas máquinas está no seu limite. Por outro lado, a indústria tech evoluiu muito rapidamente tornando os custos com suprimentos dessas impressoras cada vez mais onerosos. No

conceito da STI, hoje em dia, no mundo moderno, é muito dispendioso comprar um patrimônio como impressora. Até porque quando se compra esse tipo de patrimônio o valor que o Tribunal gasta é muito alto, também precisa se preocupar com a compra de suprimentos. Outra coisa: se você coloca um suprimento não original, a impressora tende a dar problemas e isso acontece com muita frequência. Temos muita dificuldade no momento de fazer a especificação técnica para a contratação via licitação. A questão é que se exige o produto original ou similar ao do fabricante. Aí aparecem várias empresas, muitas delas aventureiras, querendo sempre burlar o processo e entregar produtos inferiores ao que a Administração exige na Licitação. Com isso o processo de aquisição acaba por demorar muito. Qual é a solução? É o **outsourcing de impressão** que é uma prestação de serviço através da locação de impressoras, multifuncionais, scanners e outros equipamentos relacionados à impressão e cópias. Ressaltou que antes da implantação do outsourcing de impressão, temos uma maneira de minimizar esse transtorno e não adquirir equipamento, minimizar ainda esse prazo, para a gente **fazer um projeto de ilha de impressão**. O que consiste isso? A gente faz a economia desse insumo, que, como sabemos, hoje a quantidade de impressão no Tribunal é muito baixa e fazer com que todos nós servidores nos adaptemos ao sistema. **E como funcionará: Iremos colocar uma impressora multifuncional, colorida - para alguns setores estratégicos -, centralizada em determinadas unidades e corredores do TRE.** Na STI isso já está funcionando. O número de impressoras foi muito reduzido e passamos a adotar essa prática. Isso também serve para a função scanear de documento pela rede. Assim, a economia de equipamentos é muito grande. Aí, o próximo passo será o outsourcing de impressão. **A vantagem desse projeto é, também, na parte de segurança da informação.** Será garantido que só os usuários de cada unidade possam imprimir, pois será feita a configuração e apenas determinado servidor possa ter acesso à impressão, naquela máquina. Também será possível, por exemplo que, um servidor da Unidade STI, possa fazer uma impressão em uma máquina que esteja alocada na SGP. Com o servidor de impressão, quando o usuário logar no micro, já loga também na rede, no servidor de impressão, em tudo. Assim, será possível fazer o controle de impressão total, ainda sem o servidor de impressão.

A ideia nesse momento é não ter esse sistema ainda. Porque isso custa dinheiro. Nesse momento a gente não quer gastar nada, a gente quer fazer esse projeto. Para quê? Para que depois sim, o outsourcing de impressão o Tribunal vai alugar a impressora com o serviço, o suprimento e, se a Administração entender, até o papel a gente aluga.

Nesse primeiro ponto seria o projeto de ilha de impressão. **Se for aprovado**, a gente ganha um pouco de tempo e começa a executar isso nas unidades. Por exemplo, aqui na DG vai ficar uma impressão descentralizada. É claro, que em casos específicos, como por exemplo, na Presidência, na Corregedoria, e Assessoria Técnica dos Juizes e Diretoria-Geral ainda serão mantidas as impressoras existentes, mas a ideia é ir diminuindo o número de equipamentos também nessas unidades.

Quando vier o projeto outsourcing de impressão a ideia é colocar uma impressora no corredor. Não é nem mais por unidade. O usuário vai dar o comando de impressão direto de sua unidade e o documento vai ficar na memória da máquina até esse servidor ir buscar o documento, bastando apenas inserir sua senha para ter o seu expediente impresso. Isso garante a segurança com a total garantia no sigilo.

O Secretário de Informática, **indagou se o Comitê aprovava a ideia do projeto Ilha de Impressão?** Ao passo que os **membros presentes, à unanimidade, APROVARAM o projeto.** Ressaltou ainda que, com isso, o Tribunal fará uma economia muito grande de recurso financeiro, visto não mais será necessário adquirir novas máquinas de impressão. Ressaltou que o TRE terá apenas um pequeno custo com a empresa que fará a manutenção nesses equipamentos.

A Senhora Secretária de Gestão de Pessoas indagou se o Tribunal iria investir em impressoras melhores ou se iria continuar com as existentes? O Secretário de TI informou que, nesse momento, o Tribunal irá continuar com as existentes e o próximo passo será o outsourcing de impressão, aí serão impressoras melhores, uma vez que serão equipamentos modernos, alugados de uma empresa do ramo. Informou que a ideia é o Tribunal não comprar mais impressoras, nem suprimentos para esses equipamentos e nem comprar mais papel.

A Senhora Secretária da SEJUD, e/e, lembrou que no momento a Secretaria Judiciária ainda faz muito uso de papel por conta dos mandados que são expedidos. O Secretário de TI concordou com a fala e disse que isso uma exceção.

O Secretário de TI passou para o **item 5 que trata do uso consciente de energia.** Informou que a STI constatou que vários setores do Tribunal estão deixando os computadores ligados de um dia para o outro. Esse fato geram alguns problemas como, por exemplo, a STI recebe muitos chamados solicitando a presença do técnico de informática para verificar a razão na demora da inicialização das máquinas. O técnico verifica que, normalmente, a demora é por conta da inicialização da máquina é por conta das atualizações do sistema operacional, o windows e outros precisam de atualizações, por causa da segurança. Cada vez que a se verifica uma falha na segurança, a própria fabricante vai lá e manda reparar. A STI baixa automaticamente as atualizações, só que em muitas das vezes é necessário que o computador reinicie para que a atualização seja aplicada. Ressaltou que alguns sistemas não precisam reiniciarem, pois eles mesmos baixam, eles mesmos instalam, eles mesmos já configuram. Outros não, exigem que a máquina seja reiniciada. Quando esse computador não é reiniciado, causa esse problema. E, às vezes, fica muito lento. O técnico, ao atender o chamado, até já sabe qual é o problema, e reinicia o computador. Só que às vezes tem tanta aplicação, tanta atualização pra fazer que demora. Então a demora na inicialização é pelo fato do computador aplicar a versão que deveria ser sido feita se tivesse sido desligado toda noite, assim as atualizações seriam feitas de maneira muito mais rápida. Outra constatação que foi feita, com relação ao desperdício de energia elétrica, e que muitas pessoas acabam por deixar lâmpadas acesas e centrais de ar ligadas em algumas salas durante os finais de semana, inclusive, aqueles prolongados, como durante o período do carnaval, fato esse verificado em várias salas do prédio, durante este ano. Além do desperdício que essa situação trás, há também a questão do alto risco de incêndio que se percebe. Então, **a ideia é fazer uma campanha, a visão é justamente racionalizar o uso de energia e a necessidade, a visão da segurança.** Outra coisa que se verifica nessa situação é que, com o computador ligado à noite, ele está na rede, ele é vulnerável e está sujeito a um ataque hacker. Diante das situações apresentadas sugeriu que toda noite a STI tem condições de fazer isso automaticamente se algum computador não for desligado, a noite vai entrar uma ação, via rede, que desligaria esse computador às 21 horas. Então, **a proposta seria automatizar o desligamento de todas as máquinas às 21h.** Por que 21h? Porque não é possível que o servidor fique no Tribunal até esse horário. Ressalvadas algumas situações bem esporádicas como, por exemplo, a necessidade do serviço da Seção de Folha de Pagamento/SGP, da SAO ou até mesmo em caso da Sessão Plenária extrapolar esse horário e servidores da SEJUD. O Sr. Secretário informou que no caso dos microcomputadores da Sessão Plenária, esses não entrarão nessa regra do desligamento às 21h. No entanto, no caso dos computadores das demais unidades eles serão desligados às 21h e, em havendo a necessidade do serviço, além desse horário, basta apenas que os servidores façam o ligamento normal das máquinas após o desligamento automatizado.

As ações para a divulgação da necessidade de racionalizar o uso de energia elétrica são: o folder educativo, adesivos nos equipamentos, o apoio da ASCOM e da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS. Sem custos direto, visto que o próprio TRE/AP que vai fazer. Os eventos para a divulgação na Semana do Servidor.

Ao final o Secretário apresentou alguns folders que a STI preparou e que antes, deverão passar pelo crivo da ASCOM, e que mostram a importância das atitudes no local de trabalho para o meio ambiente e para a segurança da informação e, também, um checklist, que as unidades deverão afixar ao lado da porta, para que todos adotem essas atitudes para um consumo consciente de energia. Após a explanação, **indagou se o Comitê aprovava a proposta? O Comitê aprovou.**

Ao final o Sr. Secretário de TI ressaltou que iria dar o devido andamento das propostas apresentadas e aprovadas. Após, concluiu a reunião e agradeceu a presença de todos.



Documento assinado eletronicamente por JIMMY ALMENDRA MACEDO, Coordenador(a), em 22/03/2024, às 19:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por MARIA ELIANE DE SOUZA OLIVEIRA, Secretário(a), em 22/03/2024, às 19:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA, Secretário(a), em 26/03/2024, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por LENA MARCIA BORGES DE SOUZA MENDES, Coordenador(a), em 02/04/2024, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0816572 e o código CRC 62B63DD5.